

OS CLÁSSICOS DA TEORIA SOCIAL: UM RESGATE NECESSÁRIO AOS ASSISTENTES SOCIAIS

Karoline Claudino Guimarães¹

RESUMO

O presente texto objetiva apresentar alguns dos principais aspectos que compõem a teoria social em Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim – considerados o tripé da sociologia. O intuito é demonstrar a atualidade do pensamento dos autores, sobretudo diante da ascensão dos (duvidosos) ideais pós-modernos. Para isso, buscar-se-á elucidar algumas das características teórico-metodológicas mais prementes desse trio de clássicos, apontando as principais diferenças entre suas concepções, principalmente no que concerne ao sujeito, ao Estado e à sociedade.

Palavras-chave: Teoria Social. Sociedade. Estado. Método.

ABSTRACT

This text aims to present some of the main aspects that make up social theory in Karl Marx, Max Weber and Émile Durkheim - considered the tripod of sociology. The aim is to demonstrate the current thinking of the authors, especially in view of the rise of (doubtful) postmodern ideals. To this end, we will seek to elucidate some of the most pressing theoretical-methodological characteristics of this trio of classics, pointing out the main differences between their conceptions, especially with regard to the subject, the State and society.

Keywords: Social Theory. Society. State. Method.

INTRODUÇÃO:

O objetivo deste ensaio é contribuir com o imperativo de demonstrar como a herança do pensamento sociológico, inaugurado na modernidade, mantém-se viva e continuamente atual nos tempos hodiernos. Para isso, será utilizado o trio de autores mais clássico da sociologia, isto é, seus fundadores, aqueles que nos fornecem as bases para compreender, a partir de diferentes perspectivas, como a sociedade moderna é estabelecida e organizada. A genialidade e erudição do francês David

¹ Mestranda em Serviço Social na UERJ - Bolsista CAPES / Contato: (21) 98379-8743 / karolinesclaudino@gmail.com

Émile Durkheim e dos alemães Karl Heinrich Marx e Maximilian Karl Emil Weber lhes permitiu escrever diversas grandes obras que até os dias atuais estruturam a teoria sociológica tal qual se conhece. Para tanto, já de início, faz-se necessário inferir que:

nas teorias que se voltam para a vida social, muito mais que naquelas que têm por objetivo a análise das realidades da natureza, as controvérsias extrapolam as diferenças relativas a métodos, hipóteses e procedimentos de pesquisa; além de divergências nesses domínios, nas teorias e ciências sociais, as polêmicas e mesmo as oposições frontais devem-se ao fato de elas lidarem com interesses muito determinados de classes e grupos sociais. Nessas teorias e ciências, nunca existem formulações neutras, assépticas ou desinteressadas (NETTO; BRAZ, 2012, p. 27).

Não obstante, José Paulo Netto (2015, p. 1) explica que:

a questão do método é um dos problemas centrais (e mais polêmicos) da teoria social – demonstra-o o esforço dos clássicos das ciências sociais: não foi por acaso que Durkheim (1975) se ateu à construção de um método para a sociologia e que Weber (1992; 2000), além de se ocupar da conceptualização das categorias sociológicas, escreveu largamente sobre metodologia. Por isto mesmo, toda aproximação séria a tais ciências implica um esforço de clarificação metodológica.

13

Por conseguinte, para a confecção deste texto será realizada uma análise de algumas das principais questões teórico-metodológicas, aspirando compreender, ainda que de forma introdutória, a teoria social desses autores. Para essa finalidade, foi utilizada a pesquisa bibliográfica exploratória, que contou, ainda, com obras originais do trio de clássicos – Marx, Weber e Durkheim – mas também com contribuições de intelectuais que se propuseram a lhes estudar com profundidade. Ressalta-se que cada um dos referidos autores vivenciou um contexto social, político e econômico ante a industrialização e ao processo de consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. De modo que a estruturação do pensamento desses autores correspondeu à tentativa de compreensão desse período, cada qual construindo seu método de pesquisa e investigação.

Tendo isso em vista, cabe salientar que as raízes da sociedade capitalista estão em um longo e complexo processo do fim do Antigo Regime. A crise do sistema

feudal², iniciada no século XIV e fortemente pressionada pelo crescimento comercial, culmina no século XVIII, quando o modo de produção capitalista se consolida. Algumas questões, porém, são indispensáveis para compreender o referido período, ainda que não seja objetivo desse texto aprofundá-las. A primeira delas está nas transformações culturais, políticas, religiosas e sociais na sociedade com a Renascença – transformações essenciais para a conformação do pensamento antropocêntrico e humanista moderno. Pois, a Renascença rompeu com o pensamento medieval, que idealizava o homem como um ser que deveria buscar a santificação, com vistas para superar o pecado e salvar sua alma da condenação ao inferno. Essa perspectiva teocêntrica é o oposto da concepção humanista trazida pela Renascença, que pressupõe ideias terrenas, naturais e humanas. O movimento alcançou as artes plásticas, a literatura, a política, a ciência e a economia. É importante salientar que na Renascença são criados os principais métodos do conhecimento científico moderno, com personalidades como Johannes Kepler, Nicolau Copérnico, Galileu Galilei e Leonardo da Vinci.

O segundo destaque é para as Expedições Ultramarinas, que propiciaram a acumulação primitiva de capital, ou, o decisivo entesouramento da classe burguesa – e, em consequência disso, ampliou o sistema mercantil e da manufatura. Pois,

os europeus expandiram, durante os séculos XV e XVI, os seus domínios políticos, exterminaram povos e culturas muito antigas [...]. Criaram também, com a colonização, um sistema econômico que interligou os continentes. Esse sistema colonial permitiu ao Velho Mundo explorar as riquezas do Novo Mundo [isto é, as Américas]. O Novo Mundo nascia pleno de contradições e viria, também, a aprofundar contradições internas na Europa. Da expansão dos séculos XV e XVI e das crises do século XVII nasceria o mundo contemporâneo, cujo parto foram as revoluções europeias dos séculos XVIII e XIX, que firmaram o capitalismo como modo de produção dominante (PEDRO; LIMA, 2005, p. 236)

² Quanto à crise do sistema feudal, Netto e Braz (2012, p. 83) afirmam que “a produção que fundamentalmente se baseava o regime feudal [...] viu-se comprometida: as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos à época para recuperá-las [...]. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração da prata, com o que se travou fortemente o curso do dinheiro [...] o que trouxe dificuldades para a vida comercial. Acresça-se a isso outro fenômeno – a peste negra, que vinda da Ásia em 1348, dizimou cerca de um quarto da população europeia e ter-se-á o quadro que vai erodir o regime feudal, que parecera tão estável entre os séculos XI e XIV. A luta entre [...] senhores e servos agudiza-se dramaticamente a partir de então, já que os primeiros, para compensar a redução do excedente econômico de que se apropriaram, trataram de acentuar a exploração dos produtores diretos; e também entre os senhores instalaram-se conflitos que derivam um verdadeiro banditismo, configurando um cenário de confrontos sociais que invadirá o século XVI”.

Para Marx (2011, p. 961), a acumulação primitiva não foi mais do que “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. Pois, foi através do

roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, [que] foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (*Ibidem*, p. 979).

Sinaliza-se, ainda, o surgimento do Estado absolutista, que se configurou como uma resposta da classe dominante feudal às limitações e óbices colocados na crise da feudalidade. Engels (1972 *apud* NETTO; BRAZ, 2021, p. 86) afirma, porém, que essa revolução da condição econômica da vida social no Estado absoluto, na verdade, não foi seguida por uma mudança correspondente na estrutura política. Enquanto a sociedade tornou-se cada vez mais burguesa, a ordem política continuou feudal”. Em decorrência disso, a inevitabilidade da Revolução Burguesa fortalece e estabelece essa nova classe social, que desde o Iluminismo, no século XVII, constitui uma hegemonia político-cultural no campo das ideias³. O alvorecer da chamada ‘Cultura Ilustrada’, já no século XVIII, na França, consolida a visão antropocêntrica e humanista colocada na Renascença e reforçada na bandeira ideológica que orientou a Revolução Francesa⁴. Tal qual observam Netto e Braz (2012, p. 87), “foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhes permitiu organizar o povo [...] e liderá-lo na luta que pôs fim ao Antigo Regime” e deu início ao que se conhece por modernidade.

Destarte, este ensaio será dividido em três tópicos principais, destinados a apresentar, de forma sucinta (mas não reducionista) e dentro das limitações concernentes a um artigo acadêmico, quem foi trio de clássicos fundador da sociologia

³ A decadência ideológica da burguesia significou o abandono do pensamento revolucionário burguês, que se preocupava em compreender as forças que moviam a sociedade, substituindo por uma visão superficial, subjetivista e mistificada da realidade social. Abandonando, então, por completo os ideais que guiaram as Revoluções Burguesas, tal classe ascende como classe dominante e conservadora.

⁴ Cujo emblemático lema *Liberté, Égalité e Fraternité* traduzia a aspiração revolucionária da burguesia.

– o qual forneceu bases sólidas para a compreensão da complexa sociedade moderna diante da efervescente ascensão do capitalismo. Bem como as principais influências e as riquíssimas particularidades teórico-metodológicas que compõem o acervo desses autores, haja vista a irrefragável solidez e atualidade da teoria sociológica, fruto dos construtos de Marx, Weber e Durkheim.

1. A CONSTITUIÇÃO DA TEORIA SOCIAL: *uma visão teórico-metodológica de Durkheim, Marx e Weber.*

Referenda-se que os autores explicitados abaixo realizam a construção de sua visão metodológica, apesar de em momentos diferentes, sob a ótica da Revolução Industrial e da consolidação da ordem burguesa. A compreensão do contexto de industrialização da Europa, o surgimento dos novos conflitos de classe e a nova configuração do Estado são elementos que permeiam, em períodos distintos, o desenvolvimento do pensamento de Durkheim, Marx e Weber.

1.1 David Émile Durkheim (1858 – 1917):

Para que seja possível compreender com mais amplitude a visão teórico-metodológica da teoria social em Émile Durkheim, faz-se necessário, ainda que de forma breve, um retorno a sua principal influência: Auguste Comte⁵ (1789-1857), o criador da corrente de pensamento positivista (GIDDENS, 1998). Por um aspecto muito geral, é possível sintetizar parte de suas ideias no fato de que Comte entendia que seria necessário que o pensamento científico se generalizasse nas ideias de cada indivíduo para que houvesse uma reforma moral na sociedade. Pois, para ele, apenas mudando as pessoas, mudar-se-iam as instituições e, por conseguinte, a sociedade. Sinaliza-se que essa concepção que funda o positivismo não rompe com a ascensão do modo de produção capitalista enquanto dominante, mas traz uma racionalidade

⁵ Auguste Comte, defensor da Revolução Francesa, vivencia o período de secularização do ensino na França, após a tomada do poder por Napoleão Bonaparte. Nesse período, tem contato com as ideias de Saint Simon, que, assim como seu país, apoia a independência das 13 Colônias – também considerada uma radical Revolução Burguesa. As concepções de Saint Simon apontam para um socialismo utópico e sua compreensão quanto à ascensão do mercado é de caos. Para ele, a ordem estaria em um governo intelectual e de industriais – desconsiderando por completo o povo. A aproximação de Comte com Saint Simon, porém, confere ao criador do positivismo uma reflexão sobre a necessidade de reforma das instituições e da moral para que fosse possível mudar a sociedade.

científica, a qual deveria orientar a burguesia. Pode-se dizer que esse postulado científico, do método positivista, inaugura a sociologia.

Todavia, é a partir do desenvolvimento do método de Durkheim que a sociologia se torna uma ciência mais estruturada. A visão da lógica formal positivista divide-se em cinco pressupostos lógicos principais: 1) Identidade; 2) Absoluto Oposto; 3) Linearidade; 4) Ordem / Harmonia; e 5) Juízos Valorativos. Através deles, o pensamento positivo preconiza a interpretação da realidade pela razão e não pela fé, como estava posto anteriormente na feudalidade. Algumas personalidades que influenciaram esse pensamento foram Charles-Louis Montesquieu, com a ideia de que a lei deriva da natureza das coisas; e o empirismo de Francis Bacon, que pressupõe a observação. No positivismo, é necessário observar o real para interferir no fenômeno.

Em Comte, a sociologia é formada por fenômenos estáticos e dinâmicos. Os segundos são subordinados aos primeiros. Os fenômenos dinâmicos podem variar de sociedade para sociedade. Já os estáticos se repetem, são constantes, e, por isso, tornam-se leis. Nesse caso, é a ordem que determina o progresso. Para ele, havia a necessidade de restabelecer a harmonia entre os burgueses e os proletários. Não que houvesse problema com a estrutura social de classes, mas, para Comte, esse sistema estaria em mau funcionamento. E, para que funcionasse a sociedade capitalista, o pensamento positivo, e, portanto, racional, deveria orientar tanto as classes dominantes quanto as classes dominadas.

Destarte, para a construção da sua teoria social, o professor universitário Émile Durkheim retoma essas ideias de Comte, valendo-se dos princípios da sociologia positiva. Agora em uma França com a Revolução Francesa já consolidada, colhendo os frutos da expansão napoleônica e se tornando potência com o fortalecimento da burguesia, o autor aprofunda e intensifica o que foi proposto no positivismo. Discordando, contudo, quanto à *sui genere* da sociologia, isto é, *o propósito da coisa*. Ou o que tornaria a sociologia um campo específico da ciência. Isso porque em Comte, tudo o que diz respeito à sociedade é sociologia. Já para Durkheim, o que diz respeito ao indivíduo ou ao psicológico não é objeto sociológico. Para ele, estudar-se-ia o indivíduo na sociedade, isto é, apenas o que é especificamente social. O método

de Durkheim pressupõe uma limpeza dos fatos, para identificar o que é realmente social. Para isso, estabelece o “fato social”. Isto é:

Todo indivíduo come, bebe, dorme, raciocina e a sociedade tem todo interesse em que essas funções se exerçam regularmente. Portanto, se esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria um objeto próprio e seu domínio se confundiria com o da biologia e da psicologia. Mas, na realidade, há em toda sociedade um grupo determinado de fenômenos que se distinguem por caracteres definidos daqueles que as outras ciências da natureza estudam (DURKHEIM, 2007, p. 1).

O fato social não nasce do indivíduo. Ao contrário, surge de fora dele. Nasce na sociedade e lhe é imposto - deriva de maneiras de pensar e agir que são externas ao indivíduo (advém, por exemplo, da política, da religião, da moral, das regras jurídicas, etc.). O fato social compele o indivíduo a agir e pensar de determinada forma, existindo onde há organização social definida (DURKHEIM, 2007) e devem ser observados como *coisas*. Tendo isso em vista, o próximo passo no método é classificar ou separar grupos específicos dos fenômenos, os “Tipos Sociais”: papéis sociais, costumes, religião, educação, economia, linguagem, direito, etc. Pois, o autor compreende a sociedade dividida em subgrupos que juntos tornam-se o todo social, de modo que apenas a educação (formal) é capaz de harmonizar o funcionamento pleno da sociedade. “É fato social toda maneira de fazer fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior” (DURKHEIM, 2007, p. 13).

Em sua concepção existe uma matematização dos fatos sociais, priorizando as taxas e não necessariamente as motivações. Para ele, a sociologia pode ser diferenciada das demais ciências justamente por esse conceito: o fato social. Exemplo disso é sua obra *O Suicídio*, em que vai mostrar que o suicídio tem causas coletivas, ou seja, sociais. Muitos fatos atribuídos a causas individuais são, na verdade, sociais – não que sejam apenas causas sociais, e ele demonstra isso ao longo da obra, mas cada sociedade (não apenas no sentido nacional, mas de grupos – religiosos, de trabalhos e etc.) vai apresentar certos quadros. Tanto assim que o autor apresenta essas causas sociais e suas origens coletivas. Seu objeto de estudo, portanto, são as taxas do suicídio, de modo que constrói sua tese das causas sociais (isto é, indivíduo sempre subordinado a sociedade, mesmo no ato de suicídio). Assim, para Durkheim, existe uma taxa de suicídio considerada “normal” na sociedade. Ou seja,

as causas que levam o homem se matar não são, portanto, as que o fazem resolver se matar de uma maneira de preferência a outra. Os

motivos que estabelecem sua escolha são de natureza totalmente diferente. É, em primeiro lugar, o conjunto de disposições de todo tipo que coloca ao seu alcance um determinado instrumento de morte mais que outro (2000, p. 375-376).

Quando essa taxa se exacerba é porque tal sociedade se encontra em um estado de anomia, ou melhor: fugiu da norma – anomia para Durkheim é ausência de normas. E atribui isso, principalmente, em virtude do aprofundamento da divisão social do trabalho. O autor concebe que a sociedade deve suprimir a anomia porque o indivíduo necessita de disciplina, de compreender qual é sua função social. Para Durkheim, naquele período as funções dos códigos morais estariam em declínio, demonstrando que a conduta normativa e a moral eram necessárias para garantir a convivência harmônica da sociedade. Observa que:

Após ter estabelecido que o fato é geral, ele remontará as condições que determinaram essa generalidade no passado e procurar saber, a seguir, se tais condições se verificam no presente ou, ao contrário, se se alteraram (DURKHEIM, 2007, p. 63).

Ademais, o autor compreende que deve existir uma solidariedade social, ou seja, crenças, valores comuns (que ele divide em solidariedade orgânica e mecânica) para garantir essa harmonia e o pleno funcionamento da sociedade. Por isso, Durkheim objetiva construir uma nova moral por meio do pensamento racional. Um dos problemas identificados por ele estaria diretamente relacionado ao mundo do trabalho, como dissemos. Pois, seria nele que as corporações difundiriam essa nova moral e, em decorrência, eliminariam os conflitos de classe (que eram um sinal de que a sociedade estaria anômica – ou carente de normas). Com isso, a divisão social do trabalho estaria consolidada e as disfunções e patologias da sociedade (ou seja, as lutas de classe) dariam lugar a uma sociedade integrada e harmônica. A sociedade alcançaria, então, o grande objetivo visado pelos positivistas e funcionalistas: a ordem e o progresso.

O autor compreende que a “Solidariedade Mecânica” existiu nas sociedades mais simples, guiadas pela religião e centradas no direito penal. Tais eram consideradas primitivas em relação à divisão social do trabalho, que, por conseguinte, também era simples e guiado por valores de ordem religiosa (DURKHEIM, 1999). A consciência coletiva era o todo, sendo essa a “consciência individual”. Atribui-se a isso uma alta coesão social entre os indivíduos, e, portanto, na sociedade.

Em contrapartida, tal qual afirmado, na Solidariedade Orgânica as normas são enfraquecidas pela divisão social do trabalho. As instituições é que vão ocupar esse espaço, que era da norma tradicional advinda da família e da religião, configurando um processo não natural da sociedade. Isto é, uma construção que vem da ciência e do desenvolvimento da racionalidade, onde se aprimoram conceitos fundamentais que orientam o indivíduo (DURKHEIM, 1999). Desse modo, a sociedade é superior ao indivíduo e o mesmo decorre da especialização das funções. Isso gera sujeitos com pontos de vista diferentes sobre as “coisas”, distanciando a consciência individual da coletiva, reduzindo a coesão social. Para Durkheim, as instituições são necessárias para o controle social do somatório de indivíduos. Afinal, com o desenvolvimento da sociedade e o aprofundamento da divisão social do trabalho, em sua perspectiva, a família e a religião não dão mais conta de harmonizar a vida social.

Exemplo disso é a variedade de religiões encontradas nas sociedades complexas (de solidariedade orgânica). Pois, o próprio indivíduo pode estar inserido em várias delas e para Durkheim, tal fato contribui para enfraquecer sua consciência coletiva (em decorrência da diversidade de concepções). Logo, seria em virtude de existirem tantas religiões diferentes, com funções distintas, que os indivíduos teriam percepções diferentes. Importante frisar que a disseminação da consciência coletiva se dá através da mídia, da escola e de outras instituições. Certamente, um evangélico tem uma visão de mundo diferente da do judeu, que em muito se difere da de um muçulmano, o que exemplifica o que para Durkheim reduz a coesão social. Ressalta-se que a diversidade de religiões é apenas um exemplo entre uma série de transformações sociais que, para o autor, engendram a desarmonização da sociedade.

Para finalizar a breve exposição da construção do método em Durkheim, salienta-se que ele não considera que os valores surjam dos sujeitos, mas da sociedade. Suas concepções propõem uma obra conservadora porque visava conservar a sociedade. Propõem mudanças, mas não transformação⁶. O indivíduo é quem é detentor do compromisso de aprimorar a sociedade em que vive. Sendo a

⁶ Em Durkheim existe uma ideia positivista e não liberal. A relação entre trabalho e corporações é de consenso. No individualismo liberal é diferente da ideia de Durkheim, porque os indivíduos se associam e fazem por interesse. Não é um consenso moral, é disputa de interesses. É uma chave racional, mas entende-se melhor apenas com Weber.

nova moral prevista em Durkheim diferente do culto individual (ou da religião), pois pondera as possibilidades de que o Estado e a família cumpram esse papel através de normas bem estabelecidas. Sobretudo, porque, em sua concepção, a família perdera seu prestígio social e o Estado estava muito afastado do indivíduo, de forma que ele enxerga a possibilidade nas corporações para criar ou fortalecer essa nova moral – onde aparece o protagonismo do corporativismo⁷ ante aos trabalhadores (indivíduos).

Por fim, destaca-se que no Brasil, entre 1930 e 1945, com Getúlio Vargas, aparecem algumas ideias importantíssimas do positivismo. Ressalta-se que a própria locução “questão social”, muito utilizada no Serviço Social, aparece em Durkheim, não em Marx, que é um dos seus maiores referenciais teóricos. Certamente, o Serviço Social ressignificou a categoria atribuindo a ela uma articulação econômica, social e política tal qual referida na perspectiva crítica de Karl Marx.

1.2 Karl Heinrich Marx (1818 – 1883):

Já de início, infere-se que para estruturar sua teoria social, Marx realizou um extenso e minucioso estudo. Uma das bases que lhe permitiu estruturar algumas das suas principais categorias analíticas foi a crítica que estabeleceu à Economia Política Clássica⁸. Utilizadas sob uma ótica dialética e materialista, essas categorias possibilitam sua compreensão da lógica da sociedade burguesa. Ao desvendá-la, desvendou também a estrutura social que permite tal classe dominar não apenas o trabalhador, mas o trabalho. Nas palavras de Marx:

O conjunto dessas relações de produção [capitalistas] constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e

⁷ A ideia da corporação é muito importante em Durkheim. Nela, o autor enxerga não a representação da classe trabalhadora, mas de categorias de trabalho, cada vez mais atomizadas. Um exemplo atual seria a greve dos motoristas de ônibus, que não é a de motoristas de caminhão. São todos motoristas, mas cada um representa apenas seu setor. Tanto assim que Durkheim defendia o assalariamento, para ele seria importante, pois o salário aumentaria a solidariedade orgânica e, portanto, a coesão social.

⁸ “Adam Smith e Ricardo tratavam a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor, dessa forma a economia política clássica nunca conseguiu descobrir a forma de valor que o converte precisamente em valor de troca. A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também mais geral do modo burguês de produção que se caracteriza como um tipo particular de produção social e ao mesmo tempo um tipo histórico” (MARX, 2010, p. 155).

intelectual em geral. [...]. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais tinham se movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge, então, uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (MARX, 2008, p. 47-48).

Com efeito, entende-se que a expressão teórico-metodológica de Marx é a condição da classe trabalhadora. Sua teoria social é pautada na luta de classes, estabelecida como condição central no modo de produção capitalista: a exploração. Desse modo, é importante assinalar o que é teoria para o autor, ou a reprodução ideal do movimento real do objeto – reprodução intelectual ou abstração⁹ do movimento da sociedade.

Como bom materialista, Marx distingue o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito). Começa-se ‘pelo real e pelo concreto’, que aparecem como dados, pela análise, um e outro elementos são abstraídos e progressivamente com o avanço da análise, chega-se a conceitos ou abstrações que remetem aos mais simples (NETTO, 2011, p. 42).

22

Desse modo, o movimento inverso deverá ser realizado pelo pesquisador, para que se reencontre com o todo caótico, mas com “uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (NETTO, 2011, p. 43). Para Marx, o concreto só o é por ser a síntese de múltiplas determinações¹⁰ – ou a unidade dos diversos. A relação dialética que sedimenta suas ideias advém do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, enquanto o materialismo é proveniente das ideias do hegeliano de esquerda Ludwig Feuerbach.

Sob a ótica da compreensão da teoria em Marx, destaca-se o trecho de seu artigo Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, quando escreveu:

a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. a teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad*

⁹ Netto (2011) assinala que “a abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade), um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inevitável – aliás, no domínio do estudo da sociedade o próprio insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador” (p. 43).

¹⁰ Para Marx, são “traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade” (NETTO, 2011, p. 45).

hominem, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. (2010, p. 151).

Netto ressalta que a obra de Karl Marx,

pela sua significação teórica, é um marco na cultura ocidental e, pelo seu impacto sócio-histórico, tem relevância universal. Ele instaurou as bases de uma teoria da sociedade burguesa que, nucleada numa ontologia social fundada no trabalho, permanece no centro das polêmicas relativas à natureza, à estrutura e à dinâmica da sociedade em que vivemos; e a investigação a que dedicou toda a sua vida foi norteada para subsidiar a ação revolucionária dos trabalhadores, cujo objetivo – a emancipação humana – supõe a ultrapassagem da ordem social comandada pelo capital (2012, p. 10).

O caráter ontológico do acervo de Marx consagra o materialismo histórico como seu método investigativo, o qual pressupõe o primado do trabalho, enquanto atividade teleológica – fundante do ser social, que, ao transformar a natureza, transforma-se a si mesmo. Essa relação de objetivação e subjetivação permitiu ao homem, enquanto ser social, satisfazer suas necessidades fisiológicas e naturais, desenvolvendo também novas necessidades, que passam a ser também sociais, espirituais, etc. Tal concepção permitiu a Marx compreender não apenas o caráter histórico do homem, mas sua capacidade da *práxis* transformadora, seu lugar enquanto sujeito de sua própria história. Ocorre, porém, que o trabalho posto na sociedade burguesa é trabalho alienado, que não permite ao ser social realizar-se nele. Portanto, trabalho estranhado ao produtor direto.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2011, p. 961).

E esse mesmo sujeito, que produz mercadorias, subsumido ao modo de produção capitalista, torna-se também mercadoria – com a particularidade, descoberta por Marx, de ser uma mercadoria capaz de gerar mais valor. Enquanto a classe dominante acumula riquezas, os trabalhadores

acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (*Ibidem*, p. 960).

Não obstante, Leandro Konder afirma que, em Marx, a dialética aparece como “modo de pensar fundado sobre a preocupação prioritária na sua mudança incessante, no constante processo de transformação, na infinita riqueza das suas contradições e mediações” (1988, p. 195). Essa ideia se converteria na força motriz para a luta revolucionária, inserindo os sujeitos ativamente no movimento constante do real, sob a ótica da mudança, recusando-se a aceitar as condições de vida existentes como estáticas e imutáveis. De forma que sua obra, diferente das correntes filosóficas anteriores a ele, estreia uma abordagem metodológica inovadora, principalmente, ao assumir “determinada posição do pesquisador em relação ao objeto, numa indissociável correspondência entre a elaboração teórica e a formulação metodológica” (SILVA, 2019, p. 35).

O contato com a filosofia de Georg Hegel foi um divisor de águas para o desenvolvimento das concepções de Marx¹¹. Para McLellan (1990), a crítica ao pensamento de Hegel é provavelmente “o passo intelectual mais importante de toda a sua vida” (p. 40). O autor destaca que o grande companheiro de Marx, Friedrich Engels, afirmou que o grande mérito da filosofia de hegeliana foi que “pela primeira vez a totalidade dos aspectos naturais, históricos e espirituais do mundo foram concebidos e representados como um processo de transformação constante e desenvolvimento” (MCLELLAN, 1990, p. 45).

Entre 1842 e 1843, Marx, dedicando-se ao jornalismo, trabalhou na Gazeta Renana¹², onde publicou textos que já compreendiam a pobreza dotada de significado social – e não apenas político. Temas políticos, econômicos e sociais o desafiavam a esboçar o que se tornaria sua primorosa obra. É por meio do jornalismo que o autor defronta-se e toma “posição sobre as ideias socialistas, pressionado por um jornal de

¹¹ “Sua filosofia edificava-se na centralidade humana de Kant, onde apreendeu temas tanto da filosofia idealista alemã, tais quais imanência, desenvolvimento e contradição. Sua filosofia parte da premissa de que “a existência do homem tem seu centro na cabeça, isto é, na Razão, sob cuja inspiração ele edifica o mundo da realidade” (MCLELLAN, 1990, p. 41). Sua obra central, chamada Fenomenologia, traça o desenvolvimento da consciência desde sua percepção imediata ao estágio da autoconsciência, isto é, da compreensão que permite ao homem analisar o mundo e ordenar suas próprias ações. Outro aspecto importante para salientar sobre Hegel é sobre o “poder do negativo”, para ele haveria sempre uma tensão entre o estado presente das coisas e o que se tornaria. “Pois, qualquer estado presente das coisas estava em processo de ser negado, mudado para algo diferente. A este processo é que Hegel dava o significado de dialética” (MCLELLAN, 1990, p.41).

¹² “*Rheinische Zeitung* ou Gazeta Renana, era um jornal da burguesia liberal editado em Colônia, que tinha como horizonte a defesa das ideias democráticas, de mudanças políticas e de reforma do Estado” (SIQUEIRA; PEREIRA, 2011, p. 10).

direita. Em resposta, Marx conclui sobre a necessidade de estudar as ideias socialistas para poder manifestar-se sobre elas” (SIQUEIRA; PEREIRA, 2011, p. 11). Mas é com as ideias do materialismo de Feuerbach que Marx efetua “sua inversão particular da dialética de Hegel”. Isto é “o ser é sujeito, o pensamento o predicado. O pensamento surge do ser; o ser não surge do pensamento” (MCLELLAN, 1990, p. 81-82). É importante sinalizar que esse caráter social e econômico que Marx atribui ao materialismo é original, pois não estava em Feuerbach, que se preocupava muito mais em discutir a questão da religião na sociedade.

Em 1843, já em Paris, Karl Marx publica seu ensaio crítico, intitulado “Sobre a questão judaica”, onde, através de uma leitura feuerbachiana, começa a demonstrar sinais de compreensão dessa duplicidade do ser, isto é, na vida política e na vida privada – germinando sua crítica sobre a sociedade burguesa¹³. Ressalta-se que a cidade de Paris, então capital cultural da Europa, concentrava uma grande porcentagem de operários imigrantes alemães – quase cem mil, segundo McLellan (1990). Artesãos e mais uma série de profissões subsistiam na cidade francesa, a maioria havia deixado a Alemanha (e outros países) simplesmente por não conseguirem encontrar trabalho. Porquanto, é aí que Marx passa a conceber que o proletariado realizaria a dissolução da ordem social burguesa, por meio da negação da propriedade privada, sendo ele mesmo incorporação dessa propriedade – sob a forma de mercadoria. Para ele, “assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, assim o proletariado encontra suas armas intelectuais na filosofia” (MCLELLAN, 1990, p. 112).

A obra marxiana é tão genial quanto extensa¹⁴. Os escritos acima buscaram apresentar apenas um (limitado) panorama da trajetória do pensamento do autor, que

¹³ Ele observa que o Estado moderno permitiu apenas uma emancipação política, de modo que a propriedade privada seria o fundamento do direito dos homens, ocorrendo, porém, que nem todos os homens possuem uma propriedade. Isso possibilitou também enxergar a classe trabalhadora como aquela cuja particularidade é ser oprimida e concentrar em si toda a opressão. David McLellan infere que, na verdade, os elementos postos no texto Sobre a questão judaica, “já estavam contidos na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, o primeiro artigo de Marx para a Gazeta Renana, “mas havia agora uma ênfase bastante nova no proletariado como futuro emancipador da sociedade” (1990, p. 101). O artigo, porém, merece destaque porque, “revela o imenso impacto causado nele por sua descoberta da classe cuja emancipação ele devotaria o resto de sua vida” (Ibidem, p. 100).

¹⁴ Marx escreveu volumosas notas sobre economia política clássica, comunismo e Hegel (os famosos Manuscritos de 1844). O primeiro consistiu, sobretudo, em excertos sobre salário, lucro e renda, além de suas concepções sobre trabalho alienado. O segundo traz a relação entre capital e trabalho e o terceiro compreende uma discussão sobre propriedade privada, trabalho e comunismo, além de uma crítica da dialética de Hegel, divisão social do trabalho, produção e dinheiro. Já no quarto manuscrito,

muito se diferenciou dos seus predecessores. Exemplo disso, que ele mesmo afirmou, é que "o único trabalho que Hegel conheceu e reconheceu é o abstrato, trabalho mental" (MCLELLAN, 1990, p. 141). Pois, para Marx, as ideias, apesar de importantes, eram em si insuficientes para explicar a mudança social e cultural. A concretude material da vida é que poderia explicar a conformação das ideias, e não o contrário. Tal assertiva diferencia seu método investigativo de todos os demais, uma vez que pressupõe uma teoria por meio da abstração do real – e não da tentativa de encaixar a teoria na realidade.

1.3 Maximilian Karl Emil Weber (1864 – 1920):

Para compreender a concepção teórico-metodológica de Max Weber é importante sinalizar que algumas palavras são indispensáveis no "léxico weberiano", tais quais: sentido, interpretação e compreensão. Sua extensa obra tem como uma de suas principais contribuições para a teoria social o que se chamou de Sociologia Compreensiva. Sendo, para Weber, importante não apenas a objetividade do pesquisador em relação ao objeto, mas se trata do estabelecimento de um dos pontos de vista sobre ele, entre vários pontos de vista possíveis. Para ele, os valores do pesquisador devem,

ser incorporados conscientemente à pesquisa e controlados através de procedimentos rigorosos de análise, caracterizados como esquemas de explicação condicional. A ação do cientista é seletiva. Os valores são um guia para a escolha de certo objeto pelo cientista (QUINTANEIRO; BARBOSA, 2003, p. 99).

Weber diz que sociologia é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim indicá-la em seu curso e efeitos, compondo seu método de análise para interpretação. Tal método de estudo é o método de compreensão da ação social, de modo que são negadas as bases positivistas no pensamento, principalmente no que tange as associações biológicas para com a sociedade¹⁵. Pois, para ele, não há equivalência entre sociedade e natureza; o sujeito é quem vai ser responsável pela construção da sociedade e, por conseguinte, quem deve dar conta de interpretá-la. Para Weber, o mundo é caos e os homens é que dão

encontra-se um sumário de quatro páginas do capítulo final da Fenomenologia de Hegel. Estes aparecem depois, em 1867, na obra de sua maturidade, intitulada 'O Capital'.

¹⁵ Como a metáfora biológica de Émile Durkheim.

significado a ele (suas concepções têm influência de Nicolau Maquiavel e Friedrich Nietzsche). E para compreendê-lo, pelo método científico, “o sociólogo trabalha com uma elaboração limite, essencial para o estudo sociológico, que chama de tipos puros ou ideais, vazios de realidade concreta ou estranhos ao mundo, ou seja: abstratos, conceituais” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 100).

O método de Weber contribuiu amplamente para as ciências sociais quanto à construção do objeto de pesquisa. Sua metodologia demonstra como recortá-lo diante da multiplicidade social. Sendo o sujeito que participa da “ação social” o mesmo que vai investigá-la. Reitera-se que, para o autor, a possibilidade de construir de forma objetiva a interpretação do objeto coexista com o momento da escolha, que sendo subjetivo, deve o pesquisador controlar os valores o orientam a escolher tal objeto de estudo. Para que, assim, a compreensão do objeto seja, de fato, objetiva. Para ele, “Ação” é a conduta humana, que pode ser ato, omissão ou permissão, por quem executa ou a orienta. Isto é, conduta humana equivale à ação,

dotada de um significado subjetivo dado por quem a executa e que orienta essa ação. Quando tal orientação tem em vista a ação - passada, presente ou futura - de outro ou de outros agentes que podem ser “individualizados e conhecidos ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos” – o público, a audiência de um programa, a família do agente etc. – a ação passa a ser definida como social (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 100).

27

O período em que Weber está inserido é de um capitalismo em expansão na Europa, entretanto, a Alemanha, seu país de origem, encontrava-se em atraso quanto ao desenvolvimento do capital. Sua preocupação era de que a Alemanha pudesse participar da corrida econômica. Nesse período, Otto von Bismarck buscou a unificação alemã; com sua queda do poder, porém, o autor “via a probabilidade de uma ‘dominação burocrática incontrollada’, como grande resultante do hiato em relação a liderança política” (GIDDENS, 1998, p. 33) após a queda de Bismarck. A compreensão que o autor terá acerca do desenvolvimento do capitalismo é explicitada em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Nela, tenta “traçar os fatos e a direção [da] influência [do protestantismo] a partir de apenas um, embora importante, ponto de vista” (p. 132). Porém, infere ser necessário

investigar como o ascetismo protestante foi, por sua vez, influenciado em seu desenvolvimento e caráter pelo conjunto de condições sociais,

e especialmente econômicas. O homem moderno, mesmo com a melhor das vontades, é, em geral, incapaz de atribuir às idéias religiosas a importância que merecem em relação à cultura e ao caráter nacional. Não é, porém, meu intuito substituir uma interpretação causal materialista unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral da cultura e da história (WEBER, 1999, p. 132).

Giddens (1998, p. 28) afirma que é nesta obra que Weber demonstra sua preocupação em identificar “fontes históricas desse tipo de consciência burguesa”. Principalmente, porque, para ele, ali repousava o futuro da Alemanha: no desenvolvimento da burguesia. “Weber percebia como questão principal de que a burguesia economicamente próspera pudesse desenvolver uma consciência política adequada para assumir a liderança da nação” (Giddens, 1998, p. 32). Busca-se, então, a interpretação da realidade a partir das ações, principalmente as do sentido coletivo. Se Comte e Durkheim tinham a supremacia no primado do objeto (neutro) da pesquisa, em Weber, o primado da investigação é do sujeito. O protagonismo está no indivíduo, não no objeto. Essa relação entre o sujeito e valores é inegável. Para Weber, apenas o sujeito carrega essa possibilidade de compreensão e explicação da realidade social. Tal perspectiva é considerada uma revolução nas ciências sociais, justamente porque fundamenta, a partir de um corte epistemológico, a primazia do sujeito na Sociologia Compreensiva.

O autor é guiado pela atividade científica entendida como racional, orientada pelo valor da lógica e pela ética. Contudo, concebe a política e a ciência como vocação, não apenas do intelecto, mas requerendo do sujeito um compromisso – que é o que ele chama de ética, pela qual se alcançam esses objetivos. Isto é, mesmo o sujeito tendo essa centralidade na produção do conhecimento ele não deve se esquecer do elemento ético, que não é neutro, mas importante no processo do conhecimento. E explicita que não existe a possibilidade de explicar o mundo a partir da perspectiva de totalidade, como colocado em Marx – mas partindo de uma compreensão dos grandes blocos de ação social, entendidos pela comparação dos “tipos ideias”. Tudo isso através de uma multiplicidade, pois, para ele, são múltiplos os sujeitos e a realidade social é caótica. Por isso, não poderia existir uma totalidade¹⁶.

¹⁶ Vale destacar que em Marx, a partir da dialética, compreende-se a totalidade; e, em Durkheim, aparece como um todo pela soma das partes – As ações humanas são infinitas e Weber tinha clareza que não dava pra acompanhar.

Se para Weber não há como dar conta de todas as multiplicidades, é justamente por essa mesma razão que se faz necessário um objeto de pesquisa bem definido e compreendido pela ótica de um ponto de vista que dê os nexos para sua interpretação. Assinala-se que o autor não está preocupado que a ciência social dê conta de todos os fenômenos, mas de uma relação metodológica entre sujeito e objeto. Para isso, Weber estabelece o tipo ideal como um tipo lógico, um conceito. Não é um “dever ser”, mas é ideal porque é a construção da lógica. Esse tipo ideal define os tipos puros, exagerando suas características, separando-as analiticamente para comparar. A separação é analítica porque os tipos estão misturados na realidade. Assim é que ele vai buscar analisar a realidade, vendo historicamente como esses tipos estão se comportando.

Frisa-se que a política social é um grande tipo ideal para Weber. No século XX (até na ideia da construção do Sistema Único de Saúde brasileiro) as políticas sociais tiveram muita influência weberiana. Weber vai dizer que Marx parte de um ponto de vista, no qual construiu um Tipo Ideal. Pois, para Weber é impossível explicar a totalidade¹⁷.

29

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A tríade de clássicos da teoria social, formada pelos sociólogos Max Weber e Émile Durkheim e pelo filósofo Karl Marx, em suas obras, forneceu bases sólidas que fundamentaram os estudos da sociedade. Enquanto Weber valeu-se da objetividade, Durkheim pressupõe a neutralidade e Marx utilizou a dialética, cada qual estruturando um método que possibilitou a compreensão teórico-metodológica da sociedade sob o desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista. Porquanto, tais concepções são colocadas em xeque na contemporaneidade, pelo que se conhece

¹⁷ Em Max Weber, para entender a sociedade e as instituições é necessário compreendê-las resgatando-as historicamente, voltando ao nascimento dessas instituições para entender as motivações – é no indivíduo que se encontra a motivação das instituições. Tal concepção o diferencia de Marx e de Durkheim, pois, para Karl Marx o sujeito é ativo na história, e em Durkheim é inferior à sociedade e compelido a agir e a pensar por fatores externos a ele. Já em Weber, apesar de ser ativo, esse indivíduo é participante de uma ação social dotada de sentido coletivo.

pelo caleidoscópio de concepções conhecidas como pensamento pós-moderno. No que concerne à pós-modernidade, concorda-se com João Emanuel Evangelista:

Como o próprio termo sugere, o pensamento pós-moderno se afirmaria como expressão intelectual de uma nova ordem que está se formando em contraposição à modernidade em crise. O pensamento pós-moderno seria a expressão teórica e cultural de uma nova situação sócio-histórica: a condição pós-moderna. [...]. O pensamento pós-moderno instauraria uma nova modalidade de racionalidade e de cultura, que seria o conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, produzindo uma mudança qualitativa nas instituições da sociedade moderna (p. 75-76).

O autor salienta algumas características fundamentais para compreender a conformação do pensamento pós-moderno, as quais se apresentam claramente como contraponto ao que foi proposto na modernidade pelo Iluminismo e pela Ilustração. Para Evangelista (2007), são essas suas características principais: a desreferencialização do real, a desmaterialização da economia, a desconstrução da filosofia, a despolitização da sociedade, a dessubstancialização do sujeito e a desestetização da arte. O que significa que a concepção pós-moderna de mundo, tal qual trazida por Evangelista (2007, p. 77), representa “ao mesmo tempo, uma crítica e uma ruptura com a modernidade, com implicações que atingem desde a vida cotidiana até a produção do conhecimento social”. Cabe mencionar que as diversas correntes filosóficas que se afinam aos interesses burgueses, em que pesem suas distinções específicas, possuem sempre uma constituição fundamental, de justificação ideológica da sociedade capitalista (SILVA, 2019, p. 38). O que reafirma a necessidade de apreensão das perspectivas clássicas da sociologia para estabelecer uma reflexão social que possibilite uma visão crítica da chamada “pós-modernidade”.

30

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira e QUINTANEIRO, Tânia. ***Um toque de clássicos***. 2ª Edição Revista e Ampliada. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DURKHEIM, Émile. ***As regras do método sociológico***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

DURKHEIM, Émile. ***O Suicídio - Estudo Sociológico***. Lisboa: Presença, 2002.

EVANGELISTA, João Emanuel. "O Pensamento Pós-Moderno" In: EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria social pós-moderna: introdução crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 75-121.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2ª Edição. Expressão Popular: 2008.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 2ª Edição Revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital**. 2ª Edição. Coleção Marx-Engels. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCLELLAN, David. **Karl Marx: Vida e Pensamento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. (Org.) Introdução. In: **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 7-36.

_____. Introdução ao método da teoria social. 2015. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2012.

PEDRO, Antônio. LIMA, Lizânia de Souza. **História da Civilização Ocidental**. Coleção Delta. Volume Único. 2ª Edição. São Paulo: Editora FTD, 2005.

SIQUEIRA, Sandra M. M.; PEREIRA, Francisco. **Aspectos da Vida e da Obra de Marx e Engels**. LEMARX. Salvador: 2011.

SILVA, Christiane Pimentel. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. Serviço Social e Sociedade. Nº. 134. São Paulo: 2019, p. 34-51. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0034.pdf>

WEBER, Max. ***A ética protestante e o espírito do capitalismo***. 14ª Edição. São Paulo: Guazzelli, 1999.